



ATA DA 401ª (QUADRINGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE UBERABA) – EXERCÍCIO 2021. No décimo quinto (15) dia do mês de julho de 2021, às nove horas na sala de reuniões do IPSEV, situado a Rua Major Eustáquio, 542 realizou-se a reunião ordinária do Conselho Administrativo convocada pela Presidente deste. Compareceram à reunião os seguintes membros titulares do Conselho Administrativo do IPSEV Gestão 2021 - 2023: Cláudia Nader Zago, Maria Claudia Farias, Moacir Felix Sobrinho, Sylvania Beatriz Silveira de Almeida Afonso e Taciana de Castro Balduino; e do IPSEV: Pollyana Silva de Andrade Presidente, Bianca Cardoso de Souza Prata Vidal, Diretoria Executiva e Beatriz Fernandes Borges, Superintendente Jurídica. Após a verificação do quórum, o Presidente do Conselho, Moacir Felix Sobrinho, declarou aberta a reunião, cumprimentou e agradeceu a presença de todos. Passamos a nossa pauta mensal. I – Apresentação da prestação de contas mensais de maio de 2021, de forma sintética com relatórios de fechamentos (financeiro orçamentário, patrimonial e dívida flutuante (consignações/dividas em curto prazo) com ofício constando parecer do Instituto; Verificamos que a receita arrecadada no mês de maio foi de R\$ 19.102.878,24(dezenove milhões, cento e dois mil, oitocentos e setenta e oito reais e vinte e quatro centavos) e uma despesa executada de R\$ 6.842.111,37(seis milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, cento e onze reais e trinta e sete centavos) um saldo financeiro no valor de R\$ 500.135.093,00(quinhentos milhões, cento e trinta e cinco mil, noventa e três reais), quanto a dívida flutuante, constatamos que os valores estão sendo devidamente recolhidos, portanto, os demais relatórios apresentados, se encontram regulares; II - Apresentação do recolhimentos das contribuições de maio e junho do ano de 2021; o relatório apresentado pela da Prefeitura Municipal de Uberaba no mês de junho no plano financeiro há um débito vinculado ao TICKET no valor de R\$ 96.841,80 (noventa e seis mil, oitocentos e quarenta e um reais e oitenta centavos) e o aporte no valor de R\$ 3.682.403,96 (três milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e três reais e noventa e seis centavos); no Relatório da Companhia Operacional de Desenvolvimento, Saneamento e Ações Urbanas – CODAU no plano financeiro foi constatado pendências no mês de junho no aporte no valor de R\$135.435,00 (cento e trinta e cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco reais);o TICKET no valor de R\$ 5.390,00 (cinco mil, trezentos e noventa reais); o patronal no valor de R\$ 2.538,11 (dois mil, quinhentos e trinta e oito reais e onze centavos); e o segurado no valor de R\$ 2.538,11 (dois mil, quinhentos e trinta e oito reais e onze centavos). III – Apresentação do saldo de recursos aplicados, bem como o relatório de investimentos com parecer do Instituto do mês de junho de 2021 e apresentar a situação financeira e econômica atual do mercado de investimento. De acordo com o relatório encaminhado pela empresa contratada DI BLASI CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA, em junho ficou marcado pela sinalização deu aumento maior da taxa Selic. Com isso, os juros da parte curta da curva subiram enquanto os da parte longa recuaram. A bolsa brasileira fechou o mês estável. A perspectiva de maior crescimento e maior inflação diminuiu o temor com relação ao risco fiscal. Com a continuidade do ciclo de alta da taxa SELIC, a expectativa é de que a moeda brasileira volte a apreciar, ajudada também por conta da subida de preços das commodities e os primeiros sinais de recuperação econômica mais acelerada. O Banco Central Norte-Americano sinalizou preocupação com a inflação no curto prazo, mas não houve nenhuma medida de aperto monetário. O PIB tem

estimativa de crescimento superior a 5% para 2021, com apostas num cenário de superação da Covid-19. A composição da dívida pública, incluindo os seus prazos de vencimento, moeda que é emitida e os indexadores utilizados constituem fatores que contribuem para explicar a remuneração oferecida pelos títulos públicos federais. De acordo com o cenário apresentado a locação dos recursos estão com o seguinte indicativos: Renda Fixa: deve estar centrada Títulos Públicos Federais. Fundos da família IRF-M estão com taxas de juros médias aproximadas entre 6,99% e 8,39% ao ano. Fundos da família IRF-M, IRF-M1+ e IMA-B 5+ capturam taxas de juro mais elevadas, embutindo maior risco e sujeitos a maiores oscilações. Com a expectativa de inflação elevada para o ano de 2021, a aplicação em fundos IDKA2 IPCA e IMA-B 5 deve capturar retornos superiores de capital a médio prazo. Os fundos CDI (referenciados) e IRF-M1(hum) propiciam maior estabilidade de retorno, embora em patamares mais baixos. Renda Variável (ações): o mercado de renda variável apresenta janelas de oportunidades para compras de ações, desde que efetuadas de forma ordenada, com estratégias distintas, formando diversificação de carteira. Importante manter posição no segmento, pois a taxa de juros SELIC, embora com tendência de alta, mantém a previsão de patamar próximo a 6,50% até o final do ano. Fundos Multimercados (com renda variável) também surgem como boa alternativa. As expectativas, doravante, ficam por conta do controle da pandemia e da aceleração da atividade econômica. Exterior: Aplicações no segmento “Exterior” podem funcionar como mecanismo de diversificação da carteira, com menor correlação com o mercado doméstico. Importante avaliar as diferentes estratégias dos produtos oferecidos para o correto entendimento dos mecanismos de geração de valor para a carteira de investimentos, inclusive em relação ao comportamento da taxa de câmbio. Foi apresentado o demonstrativo das aplicações financeiras de junho de 2021 onde foi constatado uma rentabilidade de 0,0938 % frente a uma meta mensal de 0,9772%, com um rendimento de R\$ 489.149,67 (quatrocentos e oitenta e nove mil, cento e quanta e nove reais e sessenta e sete centavos). No período houve aplicação no valor de R\$ 21.631.444,51 (vinte e um milhões, seiscentos e trinta e um mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e um centavos) e um resgate no valor de R\$ 17.735.575,20 (dezessete milhões, setecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e setenta e cinco reais e vinte centavos). O Patrimônio Líquido é de R\$ 504.462.835,92 (quinhentos e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, oitocentos e trinta e cinco reais e noventa e dois centavos). IV – Apresentação dos pagamentos realizados pela Prefeitura Municipal e CODAU das contribuições patronais dos parcelamentos dos contratos, relativo aos meses de maio e junho de 2021; O relatório apresentado para o Conselho demonstra regularização dos parcelamentos da Prefeitura Municipal de Uberaba e da Companhia Operacional de Desenvolvimento, Saneamento e Ações Urbanas – CODAU até o mês de junho. V – Apresentação dos valores repassados pelos entes c/incidência de juros e multa, das contribuições dos segurados, se for o caso do mês de janeiro e junho de 2021 e dos últimos 05(cinco) anos, caso o IPSEV já tenha os valores apurados; a Presidente do IPSEV, explanou sobre a complexidade de apuração dos valores e informou que o Instituto terá que contratar uma empresa especializada para a realização de um levantamento completo dos valores recolhidos em atraso pelos entes, informou ainda que o Processo está em fase de finalização do termo de referência. VI –Apresentação de Portaria, Regulamentando Comissão Permanente de Sindicância Administrativa Investigativa e a Comissão Administrativa Disciplinar a ser aplicada no IPSEV. Houve a explanação da superintendente jurídica do IPSEV, Beatriz Fernandes Borges, detalhando a regulamentação

da comissão permanente de sindicância administrativa, o Presidente do Conselho Administrativo, sugeriu uma mudança no artigo 3º, que foi acatado por todos presentes na reunião, sendo deferido pelos Conselheiros. VII - Apresentação de Documentos (Dados Curricular de Servidora), objeto de solicitação através do ofício nº 002/2021-PRES/ADMINISTRATIVO/FISCAL, Protocolado no IPSERV em 07 de junho de 2021, o documento foi apresentado e constatado as prerrogativas indicadas no ofício supramencionado. Após a conclusão dos assuntos da convocação a Presidente do Instituto trouxe ao Conselho a situação do Instituto com relação ao recolhimento do PASEP até o ano de 2020, explanou que houve a consulta com a Superintendente Jurídica do Instituto, juntamente com outros profissionais qualificados no assunto, demonstrando a intenção de resolver de forma viável ao IPSERV, apresentando interesse com o intuito de isenção do pagamento de 75% referente a multa e o parcelamento do pagamento do saldo devedor. Os conselheiros Administrativos mantiveram os seus posicionamentos, conforme debatido na 3ª reunião extraordinária realizada em 04 de maio de 2021, onde sugerimos diante do Parecer do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que foi favorável pela base de cálculo informada pela Receita Federal, na apuração para os recolhimentos do PASEP, e que se possível, faça um parcelamento da dívida com a Receita Federal do Brasil, em 60(sessenta) parcelas mensais, quantitativo máximo permitido, e que a partir desta data, o IPSERV faça os recolhimentos mensais do PASEP, de acordo com a base de cálculo demonstrada na Consulta Técnica do Tribunal de Contas; Outro assunto comentado pelo Presidente do Conselho Administrativo foi de sua preocupação com a demora da elaboração do cálculo atuarial da base 2020, que deveria estar finalizado até 31/03/2021, a Presidente do IPSERV, nos informou que já está sendo providenciado, o que será objeto de nossa cobrança na próxima convocação da reunião mensal do próximo mês. O Conselho Administrativo deliberou que a próxima reunião será realizada no dia 19/08/2021, devendo ser adotadas as medidas cabíveis, e solicitando que o Instituto organize a documentação para ser analisada na reunião. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada às 11 horas. Eu Taciana de Castro Balduino lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e demais membros do Conselho Administrativo:

Moacir Felix Sobrinho
**Presidente do Conselho
Administrativo**

Claudia Nader Zago
**Vice-Presidente do Conselho
Administrativo**

Maria Claudia Farias Almeida
Conselheira

Silvania Beatriz Silveira de
Almeida Afonso
Conselheira

Taciana de Castro Balduino
Conselheira